

OS "PROJETOS SOCIAIS" DE ESPORTES: COMEÇA O JOGO SOLIDÁRIO?

THE SPORTS "SOCIAL PROJECT":
DOES THE SOLIDARY GAME START?

Marcelo Paula de Melo¹

RESUMO: O esporte como forma de lazer pode ser apontado como um de seus principais conteúdos culturais. Nesse bojo, temos assistido a significativas mudanças em nosso tempo no que se refere à relação Estado e sociedade civil. Uma delas estaria relacionado com mudanças no papel político dos organismos na sociedade civil. Assistimos ao surgimento de muitas ações sociais de esporte financiadas por esportistas e grandes empresários, como parte da ideologia da responsabilidade social. Este texto busca debater qual a implicação disso para afirmação do direito social ao esporte, bem como situar tais ações no bojo das ações burguesas na busca do consenso popular em tempos de empobrecimento drástico de setores das classes trabalhadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte. Responsabilidade Social. Terceiro Setor. Projetos Sociais.

Primeiros Passos

Temos observado um grande aumento das iniciativas privadas no que se refere à execução e implementação de ações sociais em diversas áreas. Sejam ONGs, Fundações e Institutos empresariais, de artistas e atletas, todos parecem estar imbuídos da chamada missão social. Isto tem se dado no exato momento em que a natureza de atuação do Estado capitalista se altera.

Essa alteração pode ser evidenciada sejam em ações propriamente ditas, ou mesmos em documentos oficiais, sejam dos próprios Estados ou de organismos internacionais como Banco Mundial, FMI e entre outros. Como apontam Melo; Faleiros (2005), o processo brasileiro, iniciado por FHC e ratificado pelo Governo Lula, de consolidação da hegemonia burguesa se deu alterando sobremaneira a natureza de atuação do Estado na execução de suas políticas públicas.

Através do incentivo direto ou indireto à participação de organismos privados na execução de políticas públicas, o bloco no poder, se torna assim elemento central na consolidação desse processo. Longe de concordarmos com a tese

¹ Professor da UNIABEU/RJ e FAETEC (ISE/Três Rios/RJ). Membro do grupo de pesquisa Coletivo de Estudos de Política Educacional (UFFJ).

de que o Estado se ausenta para que organismos privados assumam a execução, apontamos que isso é parte central do processo, conjugado com uma série de iniciativas correlatas como a precarização no mundo trabalho, a diminuição da capacidade executora do Estado. A emergência de tantas ações sociais privadas indica assim, uma nova estratégia educativa da burguesia brasileira e mundial para educar o consenso de amplos setores da população. Fica explícito que longe de retirar-se, o bloco no poder, mediante uma série de incentivos legais como financiamento direto ou isenções fiscais, conduz o Estado a ser partícipe de todo o processo. Afirmar que tais organizações atuariam num suposto vácuo deixado pela omissão estatal, ou que justamente por isso é que tais organismos se vêem impelido a agir significa não situar a emergência da atuação de organismos privados como pretensos substitutos da aparelhagem estatal na execução de políticas públicas como parte central do projeto capitalista neoliberal em nosso tempo, como bem demonstram as experiências presentes em Neves (2005).

Nesse processo, o esporte e o lazer ganham destaque. Seja por sua ampla visibilidade na sociedade brasileira, seja pelo apelo popular que o esporte tem, podemos dizer que a onda de ações sociais esportivas está na moda. Ações sociais de empresas, de ONGs, de atletas, enfim, há uma gama de organismos e programas com ampla visibilidade pública, contribuindo assim, para a disseminação das ações do chamado "terceiro setor". Ao mesmo tempo, a noção de direito social, advinda de dura conquista ante ao bloco no poder é substituído pela responsabilidade social de empresas e personalidades, sobretudo esportistas. Para usarmos um termo da moda, podemos dizer que estes tempos das ditas "parcerias" entre Estado e "sociedade civil", ou entre Estado e "mercado". Assim, através dessas parcerias, onde todos os participantes, imbuídos de um nobre espírito altruísta, abrem mãos de seus interesses particulares de classe, ou melhor, estes interesses inconciliáveis e projetos de sociedade antagonísticos deixam de existir. Todos caminhando juntos para um abstrato bem comum.

Diante disso, o objetivo deste texto será debater a implicação deste movimento para a consolidação, ou não, do esporte como um direito social. Não obstante, também é objetivo deste trabalho situar o lugar das ações sociais de esporte no atual projeto de sociedade neoliberal, e sua contribuição para afirmação da hegemonia burguesa em nosso tempo. Nosso foco principal será analisar concepções e práticas que são difundidas em algumas ações sociais esportivas, que têm como principais atores esportistas e empresas. Também pretendemos aproximar essas concepções com algumas expressas tanto em documentos como em posições oficiais do Ministério do Esporte no atual Governo Lula.

Faz-se necessário falar de que lugar teórico-político estamos nos colocando. Este debate se dará amplamente fundamentado no referencial teórico marxista, sobretudo de cariz gramsciano, onde buscar-se-á compreender tais ações no bojo do amplo processo de luta entre as classes sociais objetivando a conquista da hegemonia. Isso nos leva a crer que talvez nossa maior missão neste momento seja

entender as razões que fazem com que hegemonia burguesia pareça estar consolidada. Embora saibamos que isto sempre será fruto de lutas, podendo assim ser modificado, é inegável que nesse momento a hegemonia burguesa na afirmação das relações sociais capitalistas como única maneira de organizar a vida em sociedade tem obtido amplas adesões, inclusive de setores consideráveis da esquerda.

Mesmo com inegáveis problemas sociais, agudizados nos últimos anos de neoliberalismo no Brasil e no mundo, a hegemonia do atual projeto histórico parece incontestável. As forças que buscam enfrentar criticamente o projeto capitalista não têm conseguido obter adesões que lhes possibilitem ameaçar o bloco no poder. Junto a isso, temos assistido a transformismos e revoluções passivas, onde os processos de modernização têm se dado com cooptação de setores outrora críticos ao projeto dominante, inclusive utilizando de sua capacidade e popularidade junto aos setores populares para a implementação de ações que os setores dominantes clássicos enfrentaram resistências. O exemplo do governo Lula e a transmutação do papel político, da atual e, sobretudo do projeto histórico implementado pelo PT pode ser apontado como mais um exemplo de Revolução passiva na história brasileira.

A referência a Gramsci é válido para tentarmos entender porque malgrado um quadro de deterioração das condições de vida o atual projeto dominante não é abalado. O que faz o marxista italiano clássico é o fato de suas formulações dizerem respeito a um momento histórico específico – no caso as décadas iniciais do século XX –, mas nos auxiliarem também a entender outros momentos, perdurando no tempo.

Incomodava Gramsci o fato de algumas tendências críticas insistirem que o processo de derrocada do capitalista viria em decorrência de suas crises econômicas, e a conseqüente piora geral das condições de vida, o que levaria o conjunto da população a uma situação revolucionária. Por isso, o autor sardo sempre se debruçava sobre a seguinte questão: as crises econômicas levam necessariamente às transformações na estrutura social?

Como forma de enfrentar tal problemática, Gramsci se deu conta que:

outra questão ligada às anteriores é ver se as crises históricas fundamentais são determinadas imediatamente pelas crises econômicas. (...) Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzem eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal. De resto, todas as afirmações referentes a períodos de crises ou de prosperidade podem dar margem a juízos unilaterais (2000, p.44).

Sendo mais explícito Antonio Gramsci (2000, p. 45 grifo nosso) afirma que "... a questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial das questões das relações de força em seus vários graus."

Para Gramsci este processo não era evolutivo e causal e sua contribuição seria identificar e entender as razões pelas quais, apesar das crises, o capitalismo se mantinha. Tais fatos levaram o marxista italiano, desde sempre, a refutar o marxista economicista que, em sua concepção, não contribuía para a luta política.

Em nosso caso a menção ao marxista italiano nos remete a compreender os mecanismos que têm permitido a obtenção e manutenção do consenso em torno do atual projeto de sociedade. Talvez nosso maior desafio seja parecido com o que Gramsci se propôs nos Cárceres do fascismo: pensar os razões e equívocos das concepções de mundo e forças políticas críticas ao capitalismo que não conseguindo obter adesões significativas. Ou então pensar e compreender de que forma o projeto capitalista tem conseguido se manter hegemônico, malgrado sua clara incapacidade de propiciar condições dignas de vida a um número significativo da população.

Como lembra Ellen Wood, a crítica radical ao capitalismo parece estar fora de moda, o que acaba por conferir uma face naturalizada e a-histórica do capitalismo e de suas contradições. Esta alhora insiste que a crítica radical ao capitalismo exige sua consideração como um sistema de relações sociais, e não apenas um modo de produção. Além disso, tal crítica precisa vir acompanhada da crença que existem alternativas históricas ao capitalismo, ou seja, que pode haver outro projeto societário².

O Lazer e a Educação em Nosso Tempo

É ponto pacífico que as vivências culturais de lazer trazem em si importantes dimensões educativas. Com isso, estamos afirmando que essa dimensão educativa pode se relacionar a diferentes projetos educativos e conseqüentemente a diferentes projetos de sociedade. Mesmo um projeto que contemple a relação lazer e educação unicamente do ponto de vista de disseminação de uma lógica de consumo fugaz de práticas de lazer não deixa de ser educativo, ainda que considerado sob o ponto de vista de perpetuação e naturalização das relações capitalistas de produção da existência social.

Essa consideração visa enfrentar uma certa idealização do "termo" educativo. É comum notarmos que a simples menção que alguma prática cultural seria "educativa", lhe confere uma dimensão de prática social "naturalmente" relacionada à ampliação da visão de mundo dos envolvidos ou mesmo aproximando de uma tendência que se encerra em si.

Não por acaso Gramsci (2000) nos lembra que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, a partir do consenso ativo obtido do conjunto da população, ou pelo menos de uma maioria significativa, sendo este consenso sempre provisório, demandando estratégias permanentes de conquista e/ou manutenção. Nesse processo, as vivências culturais de lazer obtêm uma posição de destaque, tanto na conservação

² Isso nos remete a música "Além do que se vê" do grupo Los Hermanos, nona faixa do disco Ventura, onde logo em seu início somos brindados com os seguintes versos: "moça, olha só o que eu te escrevi/ é preciso força pra sonhar e perceber/ que a estrada vai além do que se vê".

quanto na possível introdução de novas relações sociais na disputa pela hegemonia, podendo influir na dinâmica de organização da sociedade.

Podemos perceber, como Fredric Jameson (2001), que na atual fase do capitalismo, economia e cultura, talvez mais do que em outros momentos, se apresentam como dimensões dialéticas interdependentes. Há uma dimensão cultural na produção da vida – economia – assim, como a própria dimensão cultural torna-se também um elemento de circulação e produção de mercadorias, ainda que não diretamente ligado à produção clássica. Mercadorias e produtos são comprados tanto por sua imagem quanto por sua utilidade imediata. Isso faz com que a propaganda hoje tenha dimensão importantíssima no capitalismo, difundindo tanto mercadorias, como concepções de mundo. Não apenas o produto em si é vendido. Junto dele seguem todos os seus valores.³

Por outro lado, a transformação da dimensão cultural em mercadoria altamente lucrativa e capaz de movimentar altas somas de capital faz com que em torno das práticas de lazer também se mova toda uma indústria. Não é nada surpreendente a afirmação do que se convencionou chamar de indústria do entretenimento como expressão de um ramo da economia voltado ao mundo das diversões. Novamente Jameson (2001, p. 50) nos indica que a existência de batalhas e imposições dos EUA nos grandes acordos comerciais para que junto aos diversos produtos adquiridos pelos países periféricos sigam no pacote uma gama de produtos culturais como filmes, livros, programas de televisão. Inclusive isso se realiza nas negociações comerciais nos organismos internacionais como a OMC, o FMI, o GATT entre outros. Segundo este autor, isso nos demonstra que os produtos culturais são eles mesmos base e superestrutura no processo, encerrando em si tanto uma dimensão econômica, quanto uma dimensão política⁴.

O lazer se insere no interior dos conflitos existentes em nossa sociedade. As disputas de hegemonia entre as classes sociais e suas frações também se manifestam na existência de possibilidades diversas de vivências de lazer.

As Ações Sociais de Esporte e a Busca do Consenso

Com a nova configuração da sociedade civil nos anos 1980 e o surgimento/afirmação da idéia de "terceiro setor", as iniciativas no âmbito dos esportes também são influenciadas por esse processo. Começam a ganhar força os chamados "projetos sociais" ou programas de Iniciação Esportiva para crianças e jovens, principalmente em bairros pobres.

3 Isso nos faz lembrar de um comercial de cartão crédito vinculado a partir do ano 2004. Ao final da apresentação das vantagens de se adquirir o cartão, o locutor dizia: "Afiml, porque o mundo é agora". Nessa inocente frase se fazem presentes diversos elementos que nos ajudam a compreender a dinâmica da sociedade capitalista em nosso tempo, seja a apologia do consumo, seja uma presentificação da vida, onde não haveria perspectivas de futuro, que merecesse assim, engajar-se em mecanismos de lutas pelas melhorias das condições concretas de vida.

4 Jameson nos apresenta uma instigante polêmica acerca do papel do cinema de Hollywood nesse processo. "Ora, poderíamos argumentar que há uma boa razão para tudo isso: ou seja, que as pessoas gostam dos filmes de Hollywood possivelmente vão acabar gostando do modo de vida americano, se tiverem a possibilidade de atingi-lo" (2001, p.94).

Há um significativo incremento de organizações privadas que mantêm ações sociais, onde os esportes ocupam papel central. Dentre essas organizações, temos notado um grande crescimento das chamadas ONGs e Fundações de atletas e ex-atletas⁵, que se articulam para disputar espaço na sociedade, ganhando visibilidade na/da mídia. Não por acaso, a idéia de responsabilidade social empresarial e de personalidades, como artistas ou atletas, faz tanto sucesso.

Começa-se a falar num suposto novo conceito de esporte. Não é incomum escutar ou ler a expressão "Esporte Social" para indicar ações sociais privadas ou mesmo políticas públicas, onde jovens e crianças pobres poderiam praticar esporte, graças às ações "caridosas" e filantrópicas, do capital. Aliás, é preciso remeter ao termo da moda. Estamos falando da chamada parceria, onde público e privado; Estado e empresas – ou mercado, como preferem os novos filantropos – dão as mãos para obterem finalmente a tão sonhada inclusão social. Com isso, ninguém ficará de fora da democrática sociedade de mercado. Tal moda das parcerias também tem feito sucesso entre setores da esquerda, que parecem descoberto a face do social do capitalismo.

Como lembra Paulo Arantes (2000, p. 03), tudo vira luta por cidadania, incorporação de direitos, fortalecimento da sociedade civil, espaços de interação, compromisso e participação cidadã.

É um tal de abrir e construir 'espaços', nos quais 'interagem' 'atores' que trocam juras de 'compromisso' e 'envolvimento' mútuos, tudo num registro altamente 'pró-ativo. Em contrapartida, será taxada de 'reativa' qualquer iniciativa que cheira a ressentimento de perdedor. Espaços obviamente de 'participação' (...) irrigados por 'canais de interlocução', através dos quais governo e sociedade civil 'aprendem a pensar e agir juntos', constroem plataformas para futuras 'parcerias' e novas 'interações', conferem 'visibilidade' a iniciativas 'emergentes' e promovem a cidadania ativa.

Ainda com este autor, é preciso atentar para um "mimetismo terminológico" que confunde e educa para um perigoso consenso incapaz de compreender os diferentes projetos de sociedade, expressos sob uma aparente homogeneidade terminológica. Nessa linha, este autor nos mostra como este mimetismo tem sido essencial para a afirmação do projeto de sociedade neoliberal. Com isso:

5 Numa rápida pesquisa nos meios de comunicação encontramos as seguintes Organizações: Instituto Ayrton Senna, Instituto Guga Kuerten, Instituto Dunga de Desenvolvimento do Cidadão; Instituto Beneficente Romário de Souza Farias (Romário); Instituto Bola pra frente (Jorginho e Bebeto) Fundação Gol de Letra (Raí e Leonardo); Fundação Cafu, Instituto Jackie Silva (Jaqueline, vôlei de Praia); Instituto Rexona de Esporte (Ana Moser - Vôlei); Instituto Canhotinha de Ouro (Gérson); Instituto Rumo Certo (Énio Figueiredo - Ex-Técnico de Vôlei da seleção); Instituto Vôlei 2002 (Domingos Maracanã). Grande parte dos parceiros destas organizações são grandes empresas nacionais e multinacionais, além de alguns órgãos estatais federais, estaduais e municipais.

vive-se o grande desconcerto de verificar, a cada rodada, que tamanha demolição é conduzida nos termos mesmos em que a fórmula de resistência dos perdedores (...). Portanto 'sociedade civil' desmantelada em seu próprio nome, destituição de direitos em nome de direitos de última geração (...). Não é para menos: de uma hora para outra 'direito' tornou-se privilégio, além dos mais em detrimento dos 'excluídos'; sujeitos de direitos, usuário de serviços; 'cidadania' mera participação numa comunidade qualquer (...) (2000, p. 16).

Assim, falar no chamado esporte social implicaria considerar não a afirmação do direito social esporte, conquistado a duras penas como dever de Estado e direito do conjunto dos cidadãos. Isso seria coisa do passado, de outros tempos, já que para ficar na moda devemos lembrar que estaríamos na fase do chamado Estado gerencial e não executor. Isso caberia ao chamado "terceiro setor" ou sociedade civil, entendida de modo algum como instância superestrutural onde as diversas classes sociais lutam com seus aparelhos privados de hegemonia, para obter consenso e adeptos para difundir sua visão de mundo e projeto de sociedade, como lembrava Gramsci. Aqui sociedade civil na nova fase do capitalismo seria uma terceira esfera, autônoma em relação às outras duas, a saber: o Estado e Mercado. O lembrete de atenção à ironia se faz necessário, ainda que implica na perda de graça da piada. Este seria o chamado "esporte social", a última novidade do momento disponível em todas as Fundações Empresariais e outras entidades do capital.

O termo "esporte social" não demorou a ser assumido por vários órgãos públicos para indicar essa suposta nova forma de se vivenciar o esporte. Associando à prática esportiva como lazer, temos que o esporte social seria voltado à inclusão social, como podemos apreender em documentos do Ministério do Esporte (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2004; 2003). Sobre a relação esporte e inclusão social algumas questões se fazem necessárias; Quem será "incluído" socialmente? O que seria estar "incluído" socialmente? O que levou estes que não estão incluídos a esta situação? Quem não está incluído socialmente? Pode o esporte "incluir" socialmente? Onde estão essas pessoas que não "incluídas"? O que fazem ou têm feito enquanto aguardam a vez de serem "incluídas" socialmente?

Como podemos apreender no documento final da Conferência Nacional de Esporte (2004), o chamado esporte social viria a juntar as outras três dimensões do esporte, a saber; esporte escolar, esporte de alto rendimento e esporte de lazer. Assim, afirma que a preocupação com o "social" (sic) deve estar presente em todas dimensões.

Mais do que apontar a inconsistência teórica, bem como a fragilidade conceitual deste termo, nos interessa apontar sua validade para a obtenção do consenso popular, sobretudo, no que se refere a um novo papel que os novos ricos – no caso os atletas – desempenham na sociedade. A consciência e a responsabilidade social ganham força.

Salta aos olhos como essa suposta dimensão social se autonomiza da dimensão política e econômica, entendidos como campos, não apenas autônomos, mas independentes. Mesmo que a realidade constantemente prove o contrário, fica claro como essa tentativa de autonomização da vida em sociedade se caracteriza como expressão maior da nova face do capitalismo, buscando apresentar assim, a existência de separação rígida das dimensões da vida humana. Assim, a economia seria descolada e independente da política, que também seria independente de uma dimensão "social", ainda que nunca fique claro que exatamente queira dizer esta dimensão "social".

Ellen Wood (2003) nos ajuda a compreender que essa drástica cisão conceitual entre o "econômico" e o "político" atende perfeitamente ao projeto de sociedade capitalista, sobretudo por buscar esvaziá-lo de seu conteúdo político, que implica na sua consideração como uma relação social, mais do que apenas um modo de produção. Essa suposta dimensão social, na verdade pode ser compreendida como fruto das contradições inerentes ao capitalismo. Isso não pode levar a um novo economicismo, mas a própria afirmação de que a própria dimensão econômica tem em si uma série de questões políticas. Como lembra Ellen Wood (2003) "um modo de produção é não somente uma tecnologia, mas uma organização social da atividade produtiva; e um modo de exploração é uma relação de poder".

Esta autora clareia mais o terreno quando aponta que:

"... as relações de produção em si tomam a forma de relações jurídicas e políticas particulares- modos de dominação e coerção, formas de propriedade e organização social- que não são meros reflexos secundários, nem mesmo apoios secundários, mas constituintes dessas relações de produção. A "esfera" da produção é dominante não no sentido de se manter afastada das formas jurídica-políticas ou mesmo precede-las, mas exatamente no sentido de que essas formas são uma forma de produção, os atributos de um sistema de produção particular" (p. 33).

É nesse contexto que ações sociais privadas e políticas públicas de esporte e lazer, começam a ganhar destaque. Apresentando-se como parceiros na "luta pela inclusão social" são amplamente noticiados na grande mídia muita dessas ações. Dentre essas, podemos apontar as promovidos por atletas e ex-atletas, que se apresentam como parte do chamado "terceiro setor", como constantemente falam os ex-jogadores Raí e Leonardo, da Fundação Gol de Letra⁶. Comparado com outras áreas de atuação, o esporte é mais recente. É comum acontecer projetos de ONGs que incorporam ações esportivas em seu interior. Ainda assim, temos visto muitos programas que já nascem para implementar ações esportivas.

6 "O terceiro setor é cada vez mais importante pelo papel modificador. Tenho muito orgulho do que conseguimos até hoje", afirma Leonardo (Jornal O Globo, 2003). Ainda nessa linha, é emblemático o fato de Raí ter sido escolhido, no ano de 2003, o "Brasileiro do ano no terceiro setor" pela Revista Isto É, sendo que, na solenidade de entrega do prêmio, estavam presentes o Presidente Lula, o Ministro Antonio Palocci, além de alguns governadores de Estados.

Para se ter noção da dimensão deste movimento, apenas o Instituto Ayrton Senna movimentou um orçamento em torno de cem milhões de reais (R\$100.000.000,00), como podemos ver numa reportagem da Revista FORBES (ROCHA, 2004). Por isso, esse organismo hoje atua mais como um banco de projetos, estendendo suas ações por todo o Brasil através de financiamentos do que diretamente implementando ações. Tornou-se uma ONG que financia projetos de outras, nos moldes das grandes organizações internacionais. Não obstante, para apontar o grau de profundidade das relações e vultos que organismo representa, sua Presidente, Viviane Senna, irmã de nosso tri-campeão de F1, é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômica e Social, vinculado à Presidência da República.

Suas ações baseiam-se na noção de promoção de "Desenvolvimento Humano", por entender ser necessário o enfrentamento da profunda desigualdade social no Brasil, já que não "...há como manter o tecido social saudável (sic) enquanto existir tamanho desnível" (Instituto Ayrton Senna, 2004). Nessa linha, é significativo o papel atribuído a educação em geral, e também ao esporte, em especial, nesse processo.

Dentre seus programas gostaríamos de apontar o emblemático "Educação Pelo Esporte". Baseado em informações disponíveis em página na Internet tem-se que este programa existe desde 1995 e ocorre no campus de universidades⁷ no Brasil cujo objetivo seria enfrentar a "falta de oportunidades, que exclui e marginaliza a maioria da população infanto-juvenil brasileira" (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2004). O Programa Educação pelo Esporte atua como ação complementar à escola, configurando-se como espaço tempo de lazer para seus participantes.

Mas, esse papel de destaque atribuído à educação não é algo neutro. A partir da concepção de educação que justifica os programas – concebidos como tecnologias sociais – podemos apreender como sua atuação se insere na base da formação do projeto de homem concernente ao projeto de sociabilidade neoliberal.

Ao apoiar-se num relatório da UNESCO sobre Educação, o Instituto Ayrton Senna acrescenta ao seu texto o que classificam como Quatro Competências para o Desenvolvimento de Potenciais, posto em prática no cotidiano de seus projetos e programas. Essas quatro competências são definidas como:

- 1) Aprender a ser (a capacidade de ser você mesmo e construir o seu projeto de vida);
- 2) aprender a conviver (com as diferenças e com o meio em que vive, cultivando novas formas de participação social);
- 3) aprender a fazer (atuando produtivamente para ingressar e permanecer no novo mundo do trabalho);
- 4) aprender a conhecer (apropriando-se dos próprios instrumentos de conhecimento e colocando-os a serviço do bem comum) (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2004).

⁷ Das 14 Universidades apontadas na página na Internet como partícipes do programa, apenas 2 eram privadas. A lista completa pode ser encontrada em www.ias.com.br.

A partir desses quatro pontos, podemos evidenciar como, para além da dimensão pedagógica de conformação de um organismo privado na execução/promoção do acesso aos direitos sociais, no caso educação e esporte, é no interior dessas ações que configura-se também um projeto educativo de formação de um novo homem coletivo, buscando promover valores e saberes de acordo com o atual projeto de sociedade e de homem caro aos preceitos neoliberais.

Isso fica explícito na análise das competências. Na primeira, "aprender a ser", que busca difundir a capacidade de construção do próprio projeto de vida por parte dos participantes, em que está presente uma noção de auto-responsabilização dos indivíduos pela construção de seus projetos de vida. Ou seja, uma individualização que abstrai e incute a noção de que, independente das condições materiais, os alunos são responsáveis por seu "sucesso e fracasso". Como está explícito na página: "Hoje, crianças e jovens são mais capazes de construir um projeto de vida. A análise das competências ligadas ao pilar aprender a ser mostra que o Programa tem conseguido ajudá-los a desenvolver autocontrole, autoconfiança, autodeterminação e autonomia" (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2005).

No que tange à segunda competência, o "aprender a conviver", aceitando as diferenças e promovendo "novas formas de participação social", pode-se afirmar que estamos diante de uma ênfase no pluralismo como valor radical, sem se discutir acerca da diferença fundante da sociedade capitalista, que é a diferença de classe, como lembra Wood (2003). Seriam essas as novas formas de participação social junto à promoção da participação repolitizada pelo consenso do voluntariado e do chamado terceiro setor, pautando-se num abstrato "bem comum"⁸.

Não posso responder definitivamente essa questão, até porque isso demandaria uma pesquisa empírica. Mas fica a posição do próprio Instituto: "Os participantes também vão desenvolvendo no Programa Educação pelo Esporte maior interesse para ensinar o que sabem, são mais cooperativos e sociáveis e com maior consciência de direitos e deveres" (2005).

Na terceira competência, o "aprender a fazer", estão presentes componentes que buscam introduzir a noção de empregabilidade na educação, como forma de justificar a inserção, ou não, do trabalhador no mundo do trabalho. Isso fica explicitado na defesa dessa "competência", ao se relacionar com a necessidade de atuar "... produtivamente para ingressar e permanecer no novo mundo do trabalho" (Instituto Ayrton Senna, 2004). Assim, a não inserção adviria de uma atuação não produtiva. Por isso, caberia à Educação tornar os sujeitos empregáveis para a exigência do "novo mundo do trabalho", mesmo que este seja o do trabalho precarizado e informal, quando há. Mas saibamos o que pensa o Instituto: "Eles – os alunos – também desenvolvem mais as habilidades de trabalhar em grupo,

8 Para deixar mais claro chamamos a própria Viviane Senna para nossa conversa. Segundo a irmã do tricampeão de Fórmula 1 a relevância desta competência é tamanha, tanto que é "muito estimulada, pois o esporte ensina a conviver com o grupo e a respeitar regras. Os estudantes aprendem a ouvir os superiores. Muitos diretores de multinacionais tiveram sucesso porque foram esportistas amadores na adolescência" (PORTO, 2005, p. 12).

iniciativa e criatividade, competências do aprender ao fazer" (2005).

A novidade nesse campo pode ser expressa pela dimensão midiática que tal movimento tem recebido nos últimos tempos, com as inúmeras reportagens de jornais, televisões e revistas. Um exemplo disso é o Caderno do jornal O Globo, Razão Social, que divulga as ações do chamado "terceiro setor". A edição de agosto de 2003 tinha o emblemático título de capa: "Está na Hora de Virar Este Jogo: ídolos do esporte usam prestígio para criar ONGs e Fundações de auxílio a pessoas carentes". Em seu interior há a seguinte reportagem: "Craques que suam a camisa para virar o jogo social", onde começa a discorrer sobre essa nova onda de ações dos ex-jogadores, apontando não ser coincidência que todos esses viveram na Europa, quando tiveram contato com sociedades diferentes da brasileira, onde essas ações são práticas comuns. Continuando, afirma que "num aumento de consciência que não pára de crescer nos últimos anos, diversos craques dedicam vida pós-campo ao jogo duro da inclusão social. Melhor ainda: estão trazendo com eles alguns pesos-pesados da economia, aumentando os investimentos (...)" (p. 12). Ou seja, pratica-se a noção de responsabilidade social das empresas, se articulando com ONGs na implementação de ações que podem sem problemas cumprir funções do Estado.

Tendo claro os fundamentos e dimensões políticas do chamado "terceiro setor" e seu papel na consolidação do projeto neoliberal, torna-se claro e elucidativo os títulos da referida reportagem, bem como a importância que o esporte possui nesse processo. Essa clarividência nos possibilita afirmar que a consolidação do esporte como um direito social é amplamente dificultado pela ação pretensamente solidária e repolitizada desses organismos de ex-jogadores.

Não por acaso também notamos um grande incremento de ações esportivas no âmbito das chamadas fundações empresariais. Assumindo o discurso da formação integral, da promoção da cidadania, do desenvolvimento da auto-estima, das melhorias/avanços na educação, de diminuição da evasão escolar, muitas empresas começam a promover ações sociais esportivas, através de seus Institutos e Fundações. Outra mudança que fica clara é a natureza da participação das empresas na implementação dessas ações. Se antes evidenciávamos a existência de "patrocinadores", hoje se fala em "parceiros". Não apenas alguém que financia, mas que se preocupa e se ocupa; que dá atenção, que se envolve com essa ação por acreditar. Assim, muda-se a natureza política do envolvimento do empresariado, através de seus organismos, fundações e institutos.

Isso também pode ser evidenciado a partir do Projeto de Lei enviado pelo Governo Lula ao Congresso em Julho de 2004 para criar uma Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte, nos moldes da lei Rouanet de incentivo à cultura. Como afirma o Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz (2004, p. 06), "... investir em esporte é um excelente negócio. (...) Qual empresa não deseja colar sua marca sua imagem a um negócio que é identificado em todo mundo com vitória, beleza e solidariedade?". Buscando inserir mecanismos legais de renúncia fiscal para empresas, o Governo Lula pretende dar mais um exemplo de sua subserviência às regras do jogo no

projeto neoliberal, já que em "... nosso país, temos combinado escassez de recursos públicos com falta de motivação para as empresas investirem".

A outra vinculação explícita das ações no âmbito dos esportes, referente às novas relações Estado e sociedade civil, é a promoção do voluntariado como forma de enfrentar as questões sociais. As Fundações de esportistas promovem campanhas em torno da participação de Voluntários, podendo os interessados inscreverem-se através das páginas na Internet desses organismos. Nesse processo, a Fundação CAFU, do capitão do pentacampeonato de Futebol, apresenta em sua página na Internet⁹, dez argumentos sobre a importância do Voluntariado. Assim, temos que:

No voluntariado todos ganham: o voluntário e aquele com quem o voluntário trabalha, a comunidade. Ao mobilizar energias, recursos e competências em prol de ações de interesse comum, o voluntariado combate à indiferença, a discriminação e a exclusão social, fortalece a solidariedade e a cidadania, reforça o pertencimento de todos a uma mesma sociedade. Ajudando aos outros, ajudamos a nós mesmos e a todos (FUNDAÇÃO CAFU, 2004).

Já a Fundação Gol de Letra, com um argumento mais bem elaborado, segue o mesmo caminho. Além da premiação de Voluntário de ano 2000, recebida por Raí, essa promoção está expresso da seguinte forma em sua página¹⁰ na internet:

O capital humano é a força condutora de qualquer empreendimento, e na ação social não é diferente, por isso os voluntários formam um elo fundamental para o desenvolvimento da Fundação Gol de Letra. O voluntário pode compartilhar sua experiência profissional ou atuar com uma proposta diferenciada. Hoje, a instituição conta com cerca de 30 voluntários que realizam atividades na área de saúde, administrativa, pedagógica, e social durante, no mínimo três horas semanais (GOL DE LETRA, 2004).

Encaminhando Questões

Buscando terminar este texto faz-se necessário termos claro que a questão central aqui não é apoiar ou condenar tais ações por gostar ou não. O debate central se dá no plano dos projetos de sociedade contemplados a partir de tais ações. Podemos afirmar que tais programas, ainda que num primeiro momento e para pequeno número de atendidos estejam trazendo pequenas contribuições, se configuram como parte do atual projeto de sociedade que contribui largamente para tornar grandes contingentes populacionais supérfluos? Mais ainda, não se pode negar que programas de esporte e o lazer, sobretudo quando voltados à infância e juventude pobre, têm sido importantes mecanismos de obtenção de consenso do conjunto da

⁹ www.fundacaocafu.org.br

¹⁰ www.goldeletra.org.br. Também notamos programas de Incentivo ao Voluntariado na página do Instituto Guga Kuerten, numa seção intitulada Faça Parte. Maiores informações ver www.igk.org.br.

população mais pobre para que se conforme aos marcos do atual projeto histórico. Mesmo que em seu interior possam tentar se dar pequenas resistências pessoais de educadores envolvidos no programa, ou mesmo que seus participantes não sejam tão ingênuos como querem crer os implementadores de tais ações, fica explícito que esta tem sido uma importante frente de obtenção de consenso que a burguesia, em suas variadas frações de classe, tem se valido.

A presença de projetos que levam o nome de atletas e ex-atletas ainda ganha outro sentido mais interessante para pensarmos nossa formação social. Se pensarmos que com exceções a imagem pública dos jogadores de futebol e atletas no Brasil seja de milionários, ainda estes sejam apenas a minoria dos esportistas profissionais, suas ações sociais ganham um vulto ainda mais suntuoso. Trata-se dos ricos que não esquecem os brasileiros pobres, sobretudo no caso de esportistas que vieram de bairros pobres. Ainda que individualmente isto são sentimentos perfeitamente lícitos e aceitáveis de qualquer ser humano, nos interessa a dimensão política dessas ações no bojo da afirmação e conformação do atual projeto de sociedade capitalista, sobretudo com proposta político-educativa de que o enfrentamento à pobreza se dará não a partir de ações estatais, mas sim através da filantropia de setores do capital.

Nesse processo, torna emblemático o fato de grande parte dos organismos analisados representarem braços divulgadores de preceitos e programas caros ao atual projeto histórico, como responsabilidade social de empresas, voluntariado e ações sociais privadas. Mais do que isso se tornam pólos implementadores, onde tais concepções se materializam em ações que atingem diretamente os setores mais pobres das classes trabalhadoras, se configurando como importantes educadores coletivos das massas trabalhadoras.

Isto não é surpreendente. O processo de convencimento implica considerar, ainda que atingindo apenas setores das classes subalternas, algumas demandas. Como afirma Gramsci:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é evidente que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (2000, p. 48).

Isso pode ter sérias conseqüências no que se refere à democratização do acesso/permanência do esporte como um direito social. Em outras áreas, com debates mais amadurecidos e legitimidade social do papel do Estado, isto já se

configura como um grande avanço das concepções privatistas, em geral corroborando com as concepções de atendimento seletivo, precarizado, focalizado, além de não configurar estratégias de afirmação da idéia de direito social. No caso das políticas públicas de esporte que, num quadro de escassez generalizada, tendem a ficar em segundo plano, embora não esquecidas, a opção corrobora para que o esporte não se configure como um direito social, e sim como um serviço, que poderá ser conseguido ou no mercado da atividade física com clubes, academias e escolinhas pagas, ou então contar com a "solidariedade" de atletas, com a "responsabilidade social" de grandes empresas ou ainda com a ação dos voluntários. Ao invés de direitos, favores e assistência.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos ABONG*, nº 27, p. 03-27, Mai, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: A dualidade de poderes e outros ensaios*. 2ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FUNDAÇÃO GOL DE LETRA. Voluntariado. Disponível em www.goldeletra.org.br Acesso em 30-04-2004.

FUNDAÇÃO CAFÚ. Voluntariado. Disponível em www.fundacaocafu.org.br. Acesso em 30-04-2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1,2,3,4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Programa Educação Pelo esporte. Disponível em www.educacaopeloporte.org.br. Acesso em 18-06-2005.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Desenvolvimento Sustentável e educação: fundamentos, missão e programas. Disponível em www.ias.org.br. Acesso em 23-04-04.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001.

JORNAL DO BRASIL. *Caderno Especial*. Responsabilidade Social, 26 de Junho de 2002.

MOTA, Aydano André. Craques suam a camisa para virar o jogo social. *Razão Social/O GLOBO*, 02 de agosto de 2003. p. 12-14.

MELO, Marcelo Paula de. *Esporte e Juventude Pobre: A Vila Olímpica da Maré e as Políticas de Lazer*. Campinas: Autores Associados: (2005).

MELO, Marcelo Paula de; FALEIROS, Ialê. Reforma da Aparelhagem Estatal: Novas Estratégias de Legitimação Social. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã (no prelo).

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Documento final da I Conferência Nacional do Esporte. Disponível em www.esporte.gov.br/conferencianacional. Html. Acesso em 01-07-2005.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Uma Política Nacional de Esporte. Disponível em www.esporte.gov.br. Acesso em 20-10-2003.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã, (no prelo).

QUEIROZ, Agnelo. Mudança radical no esporte. *Jornal O Globo*. 12-07-2004, p. 6.

PORTO, Bruno. Esporte muito além da diversão. *Razão Social/O GLOBO*. nº 26, Julho 05. p. 12-13.

ROCHA, Elizário Goulart. Viviane Senna: a herdeira da marca imperial. *Revista Forbes Brasil*, São Paulo, Ano IV, nº. 86, p. 14-19, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

ABSTRACT: The sport, as option of leisure, is one of it's principal culturalls contains. In our time, we could note drastic changes in relationship between State e civil society. One of that is about the politic role of civil society organization. In the second half of 1990's, a lot of private social actions appear. The called sport and leisure social "projects" also got an impulse. This text intends to discuss what its implication of affirmation of sport anda leisure as social right. Not obstant is object of this text to analyze it, in the process the social class's conflicts.

KEYWORDS: Sport. Social Responsibility. Third Sector. Social Project

Endereço do Autor:

Marcelo Paula de Melo

R. Luiz Maranhão 74 - Porto da Pedra

São Gonçalo - RJ - 24436-010

Endereço Eletrônico: basqueteiromelo@terra.com.br

Recebido em: 23/07/2005

Aceito em: 05/08/2005